

## **Portuguese Translation of Dagens Nyheter article, 22 Nov 2010**

### **As condições são claras mas também têm que ser seguidas**

**Os investimentos estrangeiros podem ser uma ameaça e uma possibilidade para África, segundo João Carilho, ex-ministro de agricultura de Moçambique.**

Pela primeira vez os camponeses ouvem que os preços de alimentos estão a subir, que os produtos deles têm um valor. Como isto pode ser algo negativo? Se pudermos ao mesmo tempo melhorar a tecnologia e a produtividade na agricultura vamos ter ainda mais vantagens, diz João Carilho, ex vice-ministro de agricultura, que agora está a trabalhar com questões de corrupção em Moçambique.

É aqui onde entram os investidores estrangeiros. Segundo Banco Mundial assinou-se entre 2004 e 2008 acordos de utilização de 2,7 milhões de hectares no país.

**Envolver a classe média** e a população pobre é importante, acha João Carilho. Mas um problema grande é a diferença no poder de negociação. As empresas dizem que não podem investir antes de ter o acordo assinado. Mas se elas não cumprem as suas promessas, é difícil exigir a responsabilização. –As condições são claras, mas depois temos que ter capacidade de fiscalizar e controlar que são seguidas, diz João Carilho.

Uma empresa que trabalha em Moçambique é a Chikweti, uma empresa florestal fundada pela Västerås Stift (a igreja de Västerås) alguns anos atrás. –A igreja tem trabalhado com assistência para o desenvolvimento em Moçambique durante muitos anos, e recebemos uma pergunta da Asdi, como o nosso trabalho de floresta tem uma boa fama, diz Åsa Tham, Directora Geral da Chikweti e baseada em Moçambique.

**Ela acha que não** tem havido conflitos nenhuns com as autoridades ou com a comunidade local. Mas há exemplos de projectos falhados também em Moçambique. – Existem pessoas que compraram muita terra e depois de três-quatro anos não fizeram nada, diz João Carilho. Isto fez como que a população rural as vezes sintam suspeito. –As pessoas nas comunidades foram muitas vezes prometidas coisas que não foram cumpridas. Por isso, querem ver que algo acontece com a terra uma semana depois de um acordo, diz Åsa Tham.

### **Response by UNAC and the Swedish Cooperative Centre**

The article *The conditions are clear but they have to be monitored* (DN 22 November 2010) discusses the possibilities and threats that foreign direct investments constitute for poor countries in Africa. Åsa Tham, Managing Director of the forestry company

Chikweti where the church of Västerås is one of the investors, says in the article that she thinks that there have been no conflicts between Chikweti and local communities and authorities in Niassa province, Mozambique where the company is operating. This statement is not true, which becomes clear in a recent report from the public forest authority in Mozambique, among other sources. Chikweti has had and still has a number of conflicts with local communities and authorities in the province. Some of these cases have even been taken to court.

There are many reasons for the conflicts. One is that Chikweti has not followed the Mozambican law when it comes to community consultations that have to be done before an investment can start, nor have they done the environmental impact assessment that are also required. Chikweti has also planted without permission in some areas. Another reason for conflict is that the company plants pine and eucalyptus just on the limit of the small-scale farmers' plots, which has a negative impact. Chikweti has cut native forest to plant exotic species without required permission from the forest authority, also that against the law in Mozambique. The decreased access to native forest has severe consequences for the local community since that is their main source for fire wood, building material, traditional medicine, honey and other things. The conflicts between Chikweti and local communities are well known in the province, among the population as well as public authorities.

We recognize the difficulties in working in Mozambique where institutions are many times weak as well are the general knowledge and follow-up of laws and regulations. However, it is the responsibility of companies entering into Mozambique to make sure that they follow the national laws and it is totally unacceptable that foreign or national companies take advantage of weak systems and follow-up. We agree that foreign investments can be a possibility for many countries in Africa, including Mozambique but for that to happen, the local population's rights have to be put first and secured. Development must not take place on expense, on the contrary it must be for the benefit of the poorest. This is a basic value for all development cooperation as well as for the Swedish church, including Västerås. Their engagement in Mozambique is not a community forest project but a large scale industrial investment that demands professionalism as well as sustainability, something that has not been shown so far.

Diamantino Nhampossa, national coordinator, UNAC  
Kajsa Johansson, representative Swedish Cooperative Centre, Mozambique